SINTRAJUD 15 anos
nossa luta faz acontecer
FENAJUFE

Boletim do Judiciário

Coordenação Nacional de Lutas Conlutas
Filiado à Conlutas

Terça-feira, 13 de Julho de 2010 - Boletim 34 - 6.000 exemplares - Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário - www.sintrajud.org.br - (11) 3222.5833

Contra o corte de ponto

Greve se mantém na trabalhista e na federal

Assembleia geral hoje, às 15h, no TRT-2

Wladimir de Souza





Vigília e assembleia no TRT, que aprovou a manutenção da greve na JT (dir.)

A partir das 9h30, haverá atividades na JT/Barra Funda com Assembleia setorial às 13h

Pela revogação do corte de ponto e compensação dos dias, os servidores do TRT/JT e do TRF/JF continuam em greve e fazem nova assembleia hoje, às 15h, em frente ao TRT-2, na Consolação. Os servidores do TRE voltam ao trabalho, após garantirem a revogação do desconto.

A decisão foi aprovada ontem em assembleia em frente ao TRT, por causa do corte de ponto no TRT e da intransigência da administração. A assembleia, que aconteceria no Eleitoral, foi transferida para o TRT.

A vice-presidente do tribunal, Sônia Franzini, relatora do processo administrativo que pede a revogação do corte, havia se comprometido a dar uma resposta aos servidores, entretanto reafirmou não ter competência para dar o efeito suspensivo ao corte, mas disse que iria tentar conversar novamente com o presidente do TRT, hoje. O desembargador, ontem, não recebeu os servidores.

"Esta é a última pendência para suspender nossa greve", esclareceu Inês de Castro, diretora do Sindicato.

"Sem a revogação do corte de ponto, o servidor retornará sem o compromisso de colocar o serviço em dia", disse Adilson Rodrigues, diretor de base do Sintrajud e do Comando de Greve.

As atividades de greve na JT/Barra Funda terão início às 9h30 e uma assembleia no Fórum será realizada às 13h. Em seguida, todos partirão para a assembleia geral. "Precisamos de todos os colegas da JF e TRF", afirmou Henrique Sales, do comando de greve.

TRF-3 ameaça corte de ponto no JEF/Americana

A Portaria nº 1605, publicada no Diário Eletrônico da JF de ontem, ameaça corte de ponto no JEF de Americana. A portaria institui a suspensão dos prazos e determina o corte de ponto de todos os servidores. Hoje o Sindicato irá procurar a presidência do TRF para solicitar a revogação de qualquer desconto. Com a ameaça, os servidores do TRF/JF também têm que resolver essa pendência para suspender a greve.

Vitória no TRE: revogada "portaria do desconto"

Com o compromisso de revogação da portaria, os servidores decidiram retornar hoje ao trabalho

Após a forte mobilização na semana passada, o presidente do TRE, desembargador Walter de Almeida Guilherme, informou ontem, 12, em reunião com o Sintrajud, que irá revogar a portaria que determinava o desconto dos dias parados dos servidores em greve. Participaram da reunião os diretores do Sindicato Maria Cecília, Eliseu Trindade, Erlon Sampaio, Angélica Olivier, o servidor do TRE Renato Ribeiro e a coordenadora do departamento Jurídico, Eliana Ferreira.

Para Cecília, foi a força da mobilização e a solidariedade da categoria que garantiu que a presidência do tribunal acatasse o pedido do sindicato de revogar a portaria e reconhecer o direito de greve dos servidores. "Essa decisão fortalece a nossa luta. Sem dúvida quando voltarem ao trabalho, os servidores terão mais tranquilidade e energia para colocar o serviço em dia", disse.

Desde o início das mobilizações os servidores do TRE estão sendo penalizados com o desconto dos dias parados. O Sintrajud realizou uma ampla campanha de arrecadação para o fundo de greve e conseguiu restituir o desconto dos dias do mês passado para que os servidores não fosse penalizados por estarem em greve.

O servidor do TRE Renato Ribeiro disse que a revogação da "portaria do desconto" foi uma vitória não somente da eleitoral, mas de toda a categoria. "Uma greve forte e unida foi determinante. Somente através da solidariedade reverteremos medidas arbitrárias que prejudicam os trabalhadores", ressaltou.

Reunião ampliada da Fenajufe aprova suspensão da greve e "Apagão" no dia 4

A delegação de São Paulo defendeu a proposta aprovada em assembleia de manutenção do movimento

No último sábado, os delegados da reunião ampliada da Fenajufe aprovaram suspender a greve, mas decidiram manter o estado de greve e as mobilizações com um calendário de atividades para o mês de agosto. Essa decisão foi apontada como um recuo estratégico, em função da suspensão das atividades legislativas e também do esvaziamento do Poder Judiciário nesse período. A ampliada indicou que a agenda de atividades continua e que os sindicatos devem trabalhar a intensificação do movimento já a partir de agosto.

Os servidores de São Paulo defenderam a continuidade do movimento, de acordo com decisão aprovada em assembleia estadual realizada na quinta-feira passada. Na maioria das intervenções dos delegados e observadores ficou claro que a categoria precisa continuar a luta no segundo semestre e, nesse sentido, foi aprovado um "Apagão no Judiciário Federal e no MPU" no dia 4 de agosto. A avaliação dos servidores presentes é que com o impasse instalado no processo de negociação entre as cúpulas do Judiciário e do MPU com o governo federal, é fundamental retomar um movimento mais intenso em todos os estados para pressionar em defesa do fechamento de um acordo capaz de garantir a aprovação da revisão salarial.

Para o diretor do Sintrajud e da Fenajufe, Antonio Melquiades, Melqui, todos os avanços nas negociações, inclusive a votação na Ctasp foi fruto da greve. "Nossa luta deve continuar. Nossa mobilização é um exemplo de coragem da categoria. Mesmo que a maioria dos estados decida suspender a greve, está claro que a luta deve ser retomada com todo vigor no início de agosto", ressaltou Melqui

Os delegados da reunião ampliada da Fenajufe, após decidirem pela suspensão da greve, aprovaram um calendário de mobilizações que inclui um "Apagão do Judiciário Federal e do MPU" no dia 4 de agosto em todo o país.

De acordo com a decisão da ampliada, o "Apagão" será precedido de uma reunião da Diretoria Executiva da Fenajufe, no dia 31 de julho, e de reunião ampliada, em 1º de agosto. O objetivo das reuniões é discutir com representantes de todos os sindicatos o cenário das negociações e a retomada da greve nacional pela aprovação dos planos de cargos e salários.

DOIS PESOS...

Lula quer submeter PCS a sucessor, mas 'reajusta' juros de banqueiros em R$ 30 bi

A preocupação que o presidente Lula diz ter ao querer submeter o PCS ao seu sucessor desaparece quando o assunto são os juros das dívidas públicas internas e externas pagos a banqueiros.

Só o aumento da Selic em 1,5% vai acrescer R$ 29,2 bilhões nas despesas da União. O Valor é mais de nove vezes superior ao custo líquido anual estimado para a revisão do PCS.

O presidente Lula não cogitou consultar os candidatos à Presidência para avalizar a decisão do Banco Central de aumentar a taxa de juros. Ao receber o presidente do STF, Cezar Peluso, no dia 1º de julho, Lula disse que a definição do PCS deveria ficar para depois das eleições e ser submetida ao futuro presidente.

Mas a conta extra com os juros, cujo custo anual está em R$ 199 bilhões, pode ser bem maior. "Todo mundo está falando que a taxa (Selic) vai chegar a 11,75% até o final do ano, é a aposta do mercado", diz o economista Washington Lima, coordenador do Departamento Econômico do Sintrajud.

Com isso, dobra a projeção das despesas anuais extras, que chegariam a R$ 58,4 bilhões, valor quase 18 vezes superior ao custo líquido do PCS – obtido após serem descontados os valores que retornam à União por meio de contribuições previdenciárias e do Imposto de Renda.

O economista explica que parte dessa despesa não prevista – hoje em R$ 29,2 bilhões, mas que pode dobrar – ficará para o próximo governo pagar.

Washington lembra que a decisão de aumentar os juros - os mais altos do mundo - é uma opção do governo, mas não é a única política possível para supostamente combater a inflação, como alega o Banco Central. Investir tais recursos em infra-estrutura, por exemplo, poderia expandir a capacidade produtiva do país e espantar a ameaça da inflação de dois dígitos. "É uma política de pagamento da dívida interna e externa que favorece bancos e especuladores", afirma.

A diretora do Sintrajud e da Fenajufe, Ana Luiza Figueiredo, observa que o argumento de Lula é uma desculpa para justificar a prioridade dada aos recursos públicos. "O governo só tem a necessidade de consultar o próximo presidente quando se trata de reajustar salários de servidores, quando é para aumentar os ganhos dos banqueiros isso não é necessário", critica.

